



*Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - ES**

**PROCESSO: 000127/2021**

**ASSUNTO: PROJETOS**

**DATA: 22/02/2021**

**HORA: 16:58:49**

**REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ -**


**DETALHAMENTO:**

**PROJETO DE LEI Nº 06/2021.**

**ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

Pg nº

001

  
CMA

Aracruz/ES, 19 de Fevereiro de 2021.

MENSAGEM N.º 06/2021

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES VEREADORES:

Apresentamos a Vossa Excelência e demais Vereadores o Projeto de Lei n.º 06/2021, que altera a lei n.º 4.347 de 16/12/2020, que estima a receita e fixa a despesa do município de Aracruz para o exercício financeiro de 2021, mudando o código da Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de “09.02.00” para “25.02.00” em função da criação da nova Unidade Gestora do referido Fundo.

Justifica-se a referida alteração de modo a ajustar o código do Fundo Municipal de Saúde de 09.02.00 para 25.02.00, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado no Setor Público – MCASP e também orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

Assim sendo, esperamos a acolhida e aprovação do presente Projeto de Lei, renovando a Vossa Excelência e nobres Vereadores nossos protestos de estima e consideração.



CARLOS ALBERTO LOUREIRO VIEIRA  
Prefeito Municipal  
Em Exercício



APROVADO 1º TURNO

22/03/2021

Presidência CMA

PROJETO DE LEI N.º 06/2021.

APROVADO 2º TURNO

29/03/2021

Presidência CMA

ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.


O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

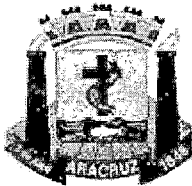
Art. 1º Altera o código da Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de "09.02.00" para "25.02.00" em função da criação da nova Unidade Gestora do referido Fundo.

Art. 2º A alteração do art. 1º fica estendida para todos os anexos da referida Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2021.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 19 de Fevereiro de 2021.

  
CARLOS ALBERTO LOUREIRO VIEIRA  
Prefeito Municipal  
Em Exercício



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº  
004  
CMA

ORIGEM

Local (Setor): PROTOCOLO

Trâmite Nº: 0

Data e Hora: 22/02/2021 16:59:00

Despacho: PROJETO DE LEI Nº 06/2021.

ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

Camara Municipal de Aracruz, 22 de fevereiro de 2021

Maísa Campos Oliveira  
Responsável

Maísa C. Oliveira  
PROTOCOLO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 127/2021 - Externo  
Assunto: 001 - PROJETOS  
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI  
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI Nº 06/2021.

ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável:

Daniel Balmonte

Camara Municipal de Aracruz, 23, 02, 21

LEGISLATIVO



# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**MEMORANDO INTERNO**

**Gabinete do Vereador**

**Alexandre Ferreira Manhães**

Pg nº

005

70

CMA

MEMORANDO Nº 18 /2021

Aracruz/ES, 24 de fevereiro de 2021.

À Procuradoria da Câmara Municipal de Aracruz

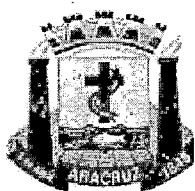
Assunto: Parecer Jurídico

Prezado Senhor Procurador,

Cumprimentando-o, venho solicitar a Vossa Excelência a análise e emissão do parecer jurídico do Projeto de Lei nº 006/2021, de autoria do Executivo.

Cordialmente,

  
\_\_\_\_\_  
**Alexandre Ferreira Manhães**  
**Republicanos**



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

Pg nº  
: 006  
706  
CMA

ORIGEM

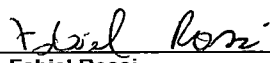
Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Trâmite Nº: **1**

Data e Hora: **24/02/2021 12:15:06**

Despacho: **Conforme memorando nº 18/2021 do vereador Alexandre Ferreira Manhães, segue projeto de lei para análise e emissão do parecer jurídico.**

Camara Municipal de Aracruz, 24 de fevereiro de 2021



Fabiel Rossi  
Responsável

LEGISLATIVO

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 127/2021 - Externo  
Assunto: 001 - PROJETOS  
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI  
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI Nº 06/2021.

ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

RECEBIMENTO

Local (Setor): **PROCURADORIA**

Responsável: 

Camara Municipal de Aracruz, 02 03 2021

PROCURADORIA



*Câmara Municipal de Aracruz*  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
007  
CMA

**PROCURADORIA**

**Processo Administrativo nº: 127/2021**

**Requerente: Prefeitura Municipal de Aracruz**

**Assunto: Projeto de Lei nº 006/2021**

**Parecer nº: 031/2021**

**EMENTA:** PROCESSO LEGISLATIVO.  
PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO.  
ALTERA O CÓDIGO DE UNIDADE  
ORÇAMENTÁRIA PREVISTO NA LOA.  
CONSTITUCIONALIDADE.

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação desta Câmara Municipal para que a Procuradoria se manifeste sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 006/2021, de autoria do chefe do Poder Executivo, que altera a Lei Municipal nº 4.347/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracruz para o exercício financeiro de 2021.

É o que importa relatar.



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº  
008  
CMA

## 2. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA E A NATUREZA DO PARECER

A Lei Municipal nº 3.814/14, ao dispor sobre deveres e responsabilidades dos procuradores legislativos (art. 5º, § 2º, do art. 9º e do Anexo X), estabelece que é atribuição destes advogados públicos “emitir parecer nos projetos de lei do Executivo e de iniciativa do Legislativo”, dentre outras.

No âmbito do processo legislativo, **os pareceres jurídicos elaborados pelos procuradores são meramente facultativos e não vinculantes**, posto que os parlamentares – através das Comissões Temáticas e do Plenário – têm soberania para decidir colegiadamente sobre a constitucionalidade, legalidade e o mérito (oportunidade e conveniência) das proposições legislativas, sem prejuízo do ulterior controle pelo Poder Judiciário.

A Procuradoria é órgão auxiliar do Poder Legislativo, responsável pela representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal de Aracruz, bem como pela função de assessoramento e consultoria jurídica.

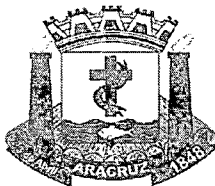
Todavia, é imperioso ressaltar que os advogados públicos devem atuar com independência técnica e autonomia funcional, conforme dispõe o art. 2º, § 3º, art. 7º, I, § 2º, art. 18, art. 31, § 1º e § 2º, e art. 32 do Estatuto da Advocacia.

Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

(...) O exercício do poder-dever de questionar, de fiscalizar, de criticar e de buscar a correção de abusos cometidos por órgãos públicos e por agentes e autoridades do Estado, inclusive magistrados, reflete prerrogativa indisponível do advogado, que não pode, por isso mesmo, ser injustamente cerceado na prática legítima de atos que visem a neutralizar situações configuradoras de arbítrio estatal ou de desrespeito aos direitos daquele em cujo favor atua. [HC 98.237, Rel. Celso de Mello, j. 15.12.2009, 2ª T, DJ 6.8.2010]

No exercício do seu *mister*, cumpre aos procuradores públicos tão somente a análise da constitucionalidade, legalidade e a técnica legislativa das propostas, evitando-se manifestar-se sobre outras questões de ordem técnica (estranhas à sua especialidade) ou adentrar o mérito legislativo.





### 3. DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO

A competência legislativa dos municípios está prevista nos incisos I e II do art. 30 da Carta da República, *in verbis*:

**Art. 30. COMPETE AOS MUNICÍPIOS:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;**

A competência para legislar sobre assuntos de interesse local é exclusiva do Município, de forma que qualquer norma federal ou estadual que trate de temas de relevância predominantemente local são inconstitucionais.

Por outro lado, no uso da competência suplementar, os municípios podem suprir as lacunas da legislação federal e estadual, regulamentando as respectivas matérias para ajustar a sua execução às peculiaridades locais. Entretanto, não podem contrariar a legislação federal e estadual existente, tampouco extrapolar sua competência para disciplinar apenas assuntos de interesse local.

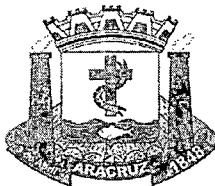
Não há uma enumeração constitucional, expressa e taxativa, dos chamados assuntos de interesse local, de competência do ente municipal. Deverão eles ser identificados caso a caso, a partir do *princípio da predominância do interesse*.

O princípio da predominância do interesse parte da premissa de que há assuntos que, por sua natureza, devem, essencialmente, ser tratados de maneira uniforme em todo o País e outros em que, no mais das vezes, é possível ou mesmo desejável a diversidade de regulação e atuação do Poder Público, ou em âmbito regional, ou em âmbito local.

Logo, se a matéria é de interesse predominantemente geral, a competência é outorgada à União. Aos estados são reservadas as matérias de interesse predominantemente regional. Cabe aos municípios a competência sobre as matérias de interesse predominantemente local.

Fixadas essas premissas, passo a análise da proposição em epígrafe.

Nos termos do art. 18 da Carta Maior, "*a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito*



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

39 nº  
010  
CMA

*Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição”.*

A autonomia é a prerrogativa política outorgada aos Municípios para compor seu governo e prover a sua Administração no que concerne ao seu interesse local.

A aplicação das rendas municipais independe de qualquer consulta prévia a outro ente federativo, bastando que a lei orçamentária municipal contenha as dotações necessárias para tanto e que seja observado o interesse público.

Assim, a presente proposição está inserida na competência legislativa do Município, visto que dispõe sobre a alteração do código da Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto nos anexos da Lei Municipal nº 4.347/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2021.

## **4. DA INICIATIVA LEGISLATIVA**

Em regra, a iniciativa legislativa é geral, competindo concorrentemente aos vereadores, às comissões, ao Prefeito e ao povo a proposição de normas jurídicas em âmbito municipal (emendas à Lei Orgânica e leis ordinárias).

Entretanto, a própria Constituição reserva a iniciativa de determinadas matérias ao chefe do Executivo. Nesse sentido, dispõe o art. 61, § 1º da CF/88:

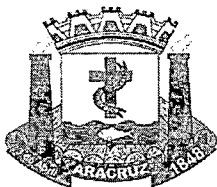
Art. 61. (...)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - **disponham sobre:**

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

39 n°  
011  
CMA

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

O referido comando constitucional, que explicita as leis iniciativa privativa do Presidente da República, é de reprodução obrigatória (no que couber) em âmbito municipal em decorrência chamado *princípio da simetria*.

O princípio da simetria exige que os Estados e os Municípios adotem, sempre que possível, em suas respectivas Constituições e Leis Orgânicas, os princípios fundamentais e as regras de organização existentes na Constituição, principalmente as relacionadas a estrutura do governo, forma de aquisição e exercício do poder, organização de seus órgãos e limites de sua própria atuação.

Destaque-se que nos termos da CF/88 (art. 63) e da Lei Orgânica (art. 31) é vedado o aumento de despesa nos projetos de iniciativa privativa do chefe do Executivo e nos projetos sobre organização dos serviços da Câmara Municipal, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º da CF e no art. 95, § 2º e 30 da LOM.

Posto isto, cumpre verificar se o proponente tem competência dar início ao processo legislativo no presente caso.

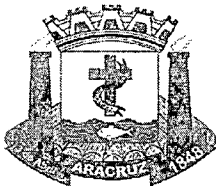
A iniciativa das leis orçamentárias é de competência exclusiva do chefe do Executivo, conforme o art. 84, XXIII c/c com os arts. 165 e 166 da Constituição.

## **5. DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E DA LEGALIDADE**

Compulsando os autos, observo que a proposta em epígrafe tão somente altera o código da Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde para ajustá-lo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Assim, não vislumbro a existência de ofensa aos princípios e normas constitucionais, ou às regras infraconstitucionais.

## **6. DO PROCEDIMENTO DE DELIBERAÇÃO**

Por se tratar de projeto de lei ordinária, deve ser observado o quórum de maioria simples para aprovação, ou seja, maioria dos votos desde que presente a



maioria absoluta dos vereadores.

## 7. DA TÉCNICA LEGISLATIVA

A CF/88 estabeleceu, no § Único do seu art. 59, a necessidade da edição de lei complementar sobre a elaboração, a alteração, a redação e a consolidação das leis. A LC nº 95/98, atendeu essa determinação de estabelecer diretrizes para a organização do ordenamento jurídico.

Todavia, compulsando os autos, verifico que a proposição não adotou a melhor técnica legislativa. Assim, sugiro a edição de emenda parlamentar modificativa para conferir ao projeto de lei a seguinte redação:

Art. 1º. Fica alterado o código da unidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto nos Anexos da Lei Municipal nº 4.347, de 16 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

De	Para
09.00.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.00.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2021.

## 8. CONCLUSÃO

Ante o exposto, nos termos da fundamentação, entendo que o Projeto de Lei nº 006/2021 está em conformidade com o ordenamento jurídico.

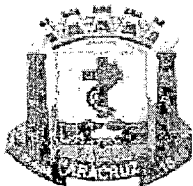
Assim, opino pela CONSTITUCIONALIDADE/LEGALIDADE da proposição.

Todavia, sugiro a edição de emenda parlamentar modificativa para ajustar o texto do Projeto de Lei às normas de redação legislativa previstas na LC nº 95/98, nos termos do Item 7 da fundamentação.

É o parecer, à superior consideração.

Aracruz/ES, 02 de março de 2021.

**MAURÍCIO XAVIER NASCIMENTO**  
Procurador – mat. 015237  
OAB/ES 14.760



Camara Municipal de Aracruz  
COMPROVANTE DE DESPACHO

013  
CHA

ORIGEM


Local (Setor): PROCURADORIA

Trâmite Nº: 2

Data e Hora: 02/03/2021 15:37:06

Despacho: Segue o parecer para conhecimento e providência.

Camara Municipal de Aracruz, 02 de março de 2021

  
Heitor Santana dos Santos  
Responsável

PROCURADORIA

PROTOCOLO (S)

Processo, MEMORANDO Nº - 127/2021 - Externo  
Assunto: 001 - PROJETOS  
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI  
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI Nº 06/2021.

ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E  
FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2021.

RECEBIMENTO

Local (Setor): LEGISLATIVO

Responsável: 

Camara Municipal de Aracruz, 02/03/21

  
LEGISLATIVO



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Pg nº  
04  
20  
CMA

**EMENDA MODIFICATIVA Nº 001 /2021**

O art. 1º do PROJETO DE LEI N.º 06/2021, que “ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021”, passa a vigorar com a seguinte redação:

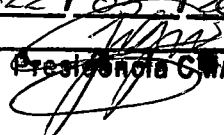
Art. 1º. Fica alterado o código da unidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto nos Anexos da Lei Municipal nº 4.347, de 16 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

De:	Para:
09.00.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.00.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.02.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

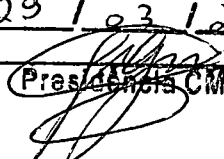
Aracruz – ES, 03 de março de 2021.

  
Alexandre Manhães  
Republicanos

**APROVADO 1º TURNO**

22/03/2021  
  
Presidência CMA

**APROVADO 2º TURNO**

29/03/2021  
  
Presidência CMA



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Pg nº

05

0

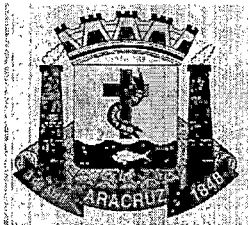
CMA

## JUSTIFICATIVA.

A emenda se faz necessária para atendimento à melhor técnica legislativa, conforme LC 95/98.

Aracruz – ES, 03 de março de 2021.

  
Alexandre Manhães  
Republicanos



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO.

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES

APROVADO 1º TURNO

22 / 02 / 2021

Presidente CMA

APROVADO 2º TURNO

29 / 03 / 2021

Presidente CMA

I - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 006/2021.

Em cumprimento ao artigo 28, Parágrafo Único do Regimento Interno, esta relatoria passa a análise do mérito do Projeto de Lei Nº 006/2021 que “Altera a Lei 4.347 de 16/12/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracruz para o exercício financeiro de 2021.”

Tempestivo lembrar que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme Art. 30 do Regimento Interno desta Casa de leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada pelo mesmo. Transcrevo:

**Art. 30.** Sem prejuízo do disposto no Art. 27, § 2º, da Lei Orgânica, compete:

I - À Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

a - Os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico e de técnica legislativa das proposições.





O Parágrafo Único do Artigo 28 do regimento supramencionado preceitua: As Comissões permanentes examinarão as matérias de sua competência na ordem estabelecida neste artigo, concluindo sempre por parecer escrito.

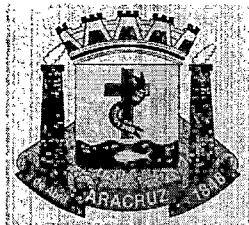
## II – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 006/2021, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei 4.347 de 16/12/2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracruz para o exercício financeiro de 2021.”

O objetivo do PL é ajustar o código do Fundo Municipal de Saúde de acordo com o Manual de contabilidade Aplicado no Setor Público – MCASP e também orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES.

A douta Procuradoria desta casa analisou o teor da presente proposta, entendeu que a matéria constante no bojo do Projeto de Lei não contemplou viciosidade constitucional que obstasse a tramitação do mesmo, nos termos do parecer de fls. 7 a 12, opinando, entretanto, pela confecção de emenda parlamentar, a fim de adequar a proposição ao que leciona a LC nº 95/98.


É o breve relatório.

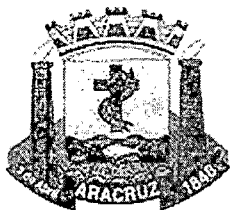


III - VOTO DO RELATOR

Assim sendo, não havendo óbices, este relator se manifesta pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do Projeto de Lei N° 006/2021, **COM EMENDA**, motivo pelo qual, opino pela tramitação, discussão e votação da matéria proposta.

Aracruz, 08 de março de 2021.

  
Alexandre Manhães  
Relator



# *Câmara Municipal de Aracruz*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pg nº

039

W

CMA

APROVADO 1º TURNO

22 / 02 / 2021

Presidência CMA

## PARECER

### COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

**PROJETO DE LEI Nº 06/2021** – ALTERA A LEI 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PRA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

**AUTOR:** Poder Executivo Municipal

**RELATOR:** Jean Carlo Gratz Pedrini

APROVADO 2º TURNO

23 / 03 / 2021

Presidência CMA

### **I - RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei nº 06/2021 que ALTERA A LEI 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PRA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021., de autoria do Poder Executivo Municipal. A matéria foi submetida a análise da Comissão de Justiça que exarou parecer favorável. O Chefe do Poder Executivo justificativa referida alteração de modo a ajustar o código do Fundo Municipal de Saúde de 09.02.00 para 25.02.00, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado no Setor Público- MCASP e também orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo- TCEES.

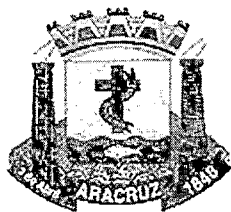
### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Há de se esclarecer, primeiramente que as comissões são órgãos técnicos criados pelo Regimento Interno com a finalidade de discutir e votar proposições que são apresentadas a Câmara. Com relação a determinadas proposições e ou projetos, as comissões se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres.

A Procuradoria, juntamente com a Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação foram favoráveis a matéria em comento.

### **III – DA COMPETÊNCIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇA FISCALIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS**

A comissão de Economia, Finança, Fiscalização e Tomada de contas-Comissão Permanente criada na forma do Art. 28, II, do Regimento Interno desta Casa, tem por objetivo de realizar estudos e emitir pareceres sobre os matérias submetidas



ao seu exame, devendo se manifestar acerca do aspecto Econômico-Financeiro das Proposições.

Ainda no que se refere a Comissão de Finanças são atribuições desta, se manifestar sobre as matérias específicas como abertura de crédito adicional, matéria tributária, operações indiretamente, que alterem indiretamente a despesa ou receita do Município, ou repercutam no patrimônio Municipal, incluindo aquelas que tratem do plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, privativamente, do projeto de Lei referente ao orçamento Anual das prestações de contas do Prefeito e da mesa da Câmara.

A comissão também deve se manifestar sobre todas as Proposições que, quando ao aspecto financeiro, concorra, diretamente para aumentar ou diminuir a despesa, assim como a receita pública, bem como, nas proposições decorrentes das competências previstas no Art. 40 da Constituição Estadual e o Art. 84 da lei Orgânica do Município.

Analisando a proposta podemos perceber que a matéria envolve aspecto financeiro.

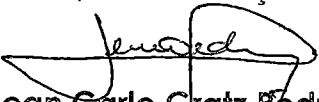
#### IV - VOTO DO RELATOR

Atualmente na Lei 4.347/2020, que estima a receita e fixa a despesa do município de Aracruz para o Exercício financeiro de 2021, existe um código anexo a referida Lei, que trata do Fundo Municipal de Saúde. A mudança da Lei solicitada pelo Poder Executivo vem para alterar esse código em função da criação da Nova Unidade Gestora do referido fundo.

A referida modificação é justificada pelo ajuste ao código do Fundo Municipal de Saúde de 09.02.00 para 25.02.00, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado no Setor Público- MCASP e também orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo- TCEES.

Insta frisar que não haverá nenhuma mudança/transferência de recurso da rubrica, sendo assim, acompanhando o parecer favorável da Procuradoria e da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, emito parecer **FAVORÁVEL** a matéria.

Aracruz-ES, 10 de março de 2021.

  
**Jean Carlo Gratz Pedrini**  
Relator



## MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 6ª Sessão Ordinária

Data: 22/03/2021

2º Turno: 7ª Sessão Ordinária

Data: 29/03/2021

**PROPOSIÇÃO: EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2021 AO PROJETO DE LEI Nº 006/2021 - ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
ANDRÉ CARLESSO	X		X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X		Ausente	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X		X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente		Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X	

### RESULTADOS:

1º Turno: Favoráveis 16 votos

Contrários 00 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos

Contrários 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



## MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 6ª Sessão Ordinária

Data: 22/03/2021

2º Turno: 7ª Sessão Ordinária

Data: 29/03/2021

**PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 006/2021 - ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

VEREADOR	COMISSÃO DE JUSTIÇA				COMISSÃO DE FINANÇAS			
	1º TURNO		2º TURNO		1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X		X		X	
ALCIHELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X		X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X		X		X	
ANDRÉ CARLESSO	X		X		X		X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X		Ausente		X		Ausente	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X		X		X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X		X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X		X		X		X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		X		X		X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X		X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente		Presidente		Presidente		Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X		X		X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X		X		X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X		X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X		X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X		X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X		X		X	

### RESULTADOS:

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA

1º Turno: Favoráveis 16 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

1º Turno: Favoráveis 16 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos

Contrários 00 votos

Contrários 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino

1º Secretário



## MAPA DE VOTAÇÃO

1º Turno: 6ª Sessão Ordinária

Data: 22/03/2021

2º Turno: 7ª Sessão Ordinária

Data: 29/03/2021

**PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI Nº 006/2021 - ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

VEREADOR	1º TURNO		2º TURNO	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ADRIANA GUIMARÃES MACHADO	X		X	
ALCIELIO LIMA DE NEGREIROS	X		X	
ALEXANDRE FERREIRA MANHÃES	X		X	
ANDRÉ CARLESSO	X		X	
ARTÊMIO NUNES ROSSONI	X		Ausente	
CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA	X		X	
CARLOS ANDRÉ FRANCA DE SOUZA	X		X	
ELIOMAR ANTÔNIO ROSSATO	X		X	
ETIENNE COUTINHO MUSSO	X		X	
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI	X		X	
JOSÉ GOMES DOS SANTOS	Presidente		Presidente	
LEANDRO RODRIGUES PEREIRA	X		X	
LUIZ CARLOS MATHIAS CARLOS	X		X	
MARCELO CABRAL SEVERINO	X		X	
ROBERTO DOS REIS RANGEL	X		X	
SEBASTIÃO SFALSIN DO NASCIMENTO	X		X	
VILSON BENEDITO DE OLIVEIRA	X		X	

### RESULTADOS:

1º Turno: Favoráveis 16 votos

Contrários 00 votos

2º Turno: Favoráveis 15 votos

Contrários 00 votos

  
Marcelo Cabral Severino  
1º Secretário



*Câmara Municipal de Aracruz*  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

Pg nº

029

0

CMA

Aracruz-ES, 30 de março de 2021.

Of. nº. 155/2021  
Gab. da Presidência

**SENHOR PREFEITO:**

Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 006/2021 – Altera a Lei nº 4.347 de 16/12/2020, que estima a receita e fixa a despesa do município de Aracruz para o exercício financeiro de 2021- com a Emenda Modificativa nº 001/2021, o qual foi aprovado em 2º Turno, na 7ª Sessão Ordinária, realizada em 29/03/2021, para conhecimento e providências cabíveis.

Na oportunidade apresento minhas,

**Cordiais Saudações,**

  
**JOSÉ GOMES DOS SANTOS - LULA**  
Presidente da Câmara

**Exmº Senhor**  
**LUIZ CARLOS COUTINHO**  
**Prefeito Municipal**  
**Nesta**



LEI N.º 4.366, DE 07/04/2021.

 **SANCIONADA**

Em, 07/04/2021,

  
Prefeito Municipal

ALTERA A LEI N.º 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o código da unidade orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto nos Anexos da Lei Municipal n.º 4.347, de 16 de dezembro de 2020, nos seguintes termos:

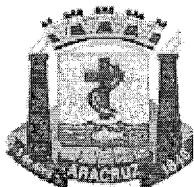
De:	Para:
09.00.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.00.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.02.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.02.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º A alteração do art. 1º fica estendida para todos os anexos da referida Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01/01/2021.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 07 de Abril de 2021.

  
LUIZ CARLOS COUTINHO  
Prefeito Municipal



**Camara Municipal de Aracruz**  
**COMPROVANTE DE DESPACHO**

Pg nº

026

02

CMA

**ORIGEM**

Local (Setor): **LEGISLATIVO**

Trâmite Nº: **3**

Data e Hora: **13/04/2021 14:39:49**

Despacho: **Sancionada a Lei ° 4.366, de 07 de abril de 2021, finalizo o processo e encaminho para arquivamento.**

**Camara Municipal de Aracruz, 13 de abril de 2021**

**Wellington Tobias Pereira**  
**Responsável**

**LEGISLATIVO**

**PROTOCOLO (S)**

Processo, MEMORANDO Nº - 127/2021 - Externo  
Assunto: 001 - PROJETOS  
SubAssunto: 001 - PROJETO DE LEI  
Camara Municipal de Aracruz

PROJETO DE LEI Nº 06/2021.

ALTERA A LEI Nº 4.347 DE 16/12/2020, QUE ESTIMA A RECEITA E  
FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2021.

**RECEBIMENTO**

Local (Setor): **ARQUIVO LEGISLATIVO**

Responsável: \_\_\_\_\_

**Camara Municipal de Aracruz, 31/05/2021**

  
**ARQUIVO LEGISLATIVO**